



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PLANTÃO JUDICIÁRIO DE SEGUNDO GRAU**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5838/2013 (0001345-94.2013.8.10.0000)  
SÃO LUÍS**

Relator plantonista	: Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Impetrantes	: Rubens Pereira e Silva Junior Marcelo Tavares Silva Othelino Nova Alves Neto Eliziane Pereira Gama Cleide Barroso Coutinho Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa
Advogado	: Rodrigo Pires Ferreira Lago
Impetrado	: Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

**DECISÃO**

Os deputados estaduais Rubens Pereira e Silva Junior, Marcelo Tavares Silva, Othelino Nova Alves Neto, Eliziane Pereira Gama, Cleide Barroso Coutinho e Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa impetraram o presente mandado de segurança, com pedido de medida liminar, contra o ato dito ilegal e abusivo da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, que fez publicar no Diário da Assembleia, no dia 25/02/2013, o Projeto de Lei nº 011/2013, contendo proposta de autorização legislativa para que o Estado do Maranhão contrate mais uma operação de crédito, desta feita no valor de R\$ 1.525.932.188,92.

Alegam os impetrantes, na inicial de fls. 03/15, que o Estado do Maranhão tem contratado seguidas operações de crédito, em valores bilionários, que foram autorizadas pela Assembleia Legislativa sem a devida obediência ao processo legislativo, atropelando as Constituições Federal e Estadual, o Regimento Interno da Assembleia e os direitos das minorias parlamentares de verem debatidas as matérias no âmbito do Poder Legislativo.

Relatam que o Projeto de Lei nº 011/2013 está incluído na Ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 27/02/2013, às 09h, sendo por esse motivo necessária a intervenção deste Plantão Judiciário de Segundo Grau.

Sustentam a existência de direito líquido e certo consubstanciado: **a)** na ausência de detalhamento sobre a operação de crédito a ser contratada, nos termos do artigo 31, XXI da Constituição do Estado do Maranhão; **b)** na inexistência de pedido por parte da Governadora do Estado de que o referido projeto de lei tramitasse em regime de urgência, o que foi conferido unilateralmente pelo Deputado Cesar Pires; e **c)** na existência de diversos vetos governamentais, totais e parciais, a projetos de lei aprovados pelo Legislativo maranhense pendentes de apreciação pelo Plenário, e já com o prazo constitucional extrapolado, o que torna sobrestadas a apreciação das demais proposições, nos termos do §5º do artigo 47 da Constituição Estadual.

Por esses motivos, requerem o deferimento do pedido de medida liminar para suspender o curso do processo legislativo do Projeto de Lei nº 011/2013, que ocorrerá às 09h do dia 27/02/2013 e, no mérito, a anulação da tramitação do referido projeto desde o seu início, determinando seu arquivamento, ou anulando a tramitação do mesmo para determinar que não tramite sob o regime de urgência.

É o breve relato. Passo a decidir.

Ao conferir aos parlamentares o direito de impetrarem mandado de segurança contra atos praticados no processo de aprovação de leis que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional, a jurisprudência das Cortes Superiores brasileiras estabeleceu o controle de constitucionalidade preventivo.

Ensina Gilmar Mendes<sup>1</sup> que referido permissivo “*se cuida de uma utilização especial do mandado de segurança, não exatamente para assegurar direito líquido e certo de parlamentar, mas para resolver peculiar conflito de atribuições ou ‘conflito entre órgãos’.*”

A impetração do writ visa, assim, garantir a observância das regras constitucionais previstas para o processo legislativo, não podendo se resumir a

<sup>1</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p.490.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5838/2013 – SÃO LUÍS

meras questões de interpretação de regimento interno, sob pena de tentar imiscuir o Judiciário em matérias *interna corporis*.

Nesse sentido, ensina Hely Lopes Meirelles:

*Interna corporis* são só aquelas questões ou assuntos que entendem direta e imediatamente com a economia interna da corporação legislativa, com seus privilégios e com a formação ideológica da lei, que, por sua própria natureza, são reservados à exclusiva apreciação e deliberação do Plenário da Câmara. Tais são os atos de escolha da Mesa (eleições internas), os de verificação de poderes e incompatibilidades de seus membros (cassação de mandatos, concessão de licenças, etc) " (DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 17ª Edição, Malheiros Editora, página 610)


Na espécie, verifico que os impetrantes baseiam-se fundamentalmente na interpretação que defendem que deve ser dada ao artigo 134 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão quanto às proposições que podem tramitar em regime de urgência.

Não logram, porém, demonstrar qualquer vício de ordem constitucional na tramitação do Projeto que possa incitar o controle de constitucionalidade preventivo.

Convém registrar que, para as Cortes Superiores, o pretexto de controle preventivo de constitucionalidade não pode jamais transmutar-se em violação ao princípio da Separação dos Poderes, não competindo ao Judiciário a apreciação de matérias *interna corporis*:

ATOS INTERNA CORPORIS, PROFERIDOS NOS LIMITES DA COMPETÊNCIA DA CONTINUIDADE E DISCIPLINA DOS TRABALHOS, SEM QUE SE ALEGUE PRETERIÇÃO DE FORMALIDADE, ATACANDO-SE, AO INVÉS, O MÉRITO DA INTERPRETAÇÃO DO REGIMENTO, MATÉRIA EM CUJO EXAME NÃO CABE AO JUDICIÁRIO INGRESSAR" (STF, MS-20509/DF, j. em 16/10/1985, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octávio Gallotti, in DJ do dia 14-11-85, pg. 20567)


AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. QUESTÃO INTERNA CORPORIS. ATOS DO PODER LEGISLATIVO. CONTROLE JUDICIAL. PRECEDENTE DA SUPREMA CORTE. 1. A sistemática internados procedimentos da Presidência da Câmara dos Deputados para processar os recursos dirigidos ao Plenário daquela Casa não é passível de questionamento perante o Poder Judiciário, inexistente qualquer violação da disciplina constitucional. 2. Agravo regimental desprovido. (STF, MS 25588 AgR / DF, Rel. Min. MENEZES DIREITO, J. 0 2/04/2009)



RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO CIVIL - PRETENSÃO DE INTERPRETAÇÃO DE NORMAS REGIMENTAIS - MATÉRIA INTERNA CORPORIS - PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Emerge dos autos que foi impetrado mandado de segurança, por Deputado do Estado de São Paulo, contra o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com o objetivo de que fosse declarada nula sua decisão de determinar a anulação do Parecer Final votado pela CPI da Educação, por ter sido elaborado sem obediência a dispositivos do Regimento Interno da Assembleia. Na espécie, como bem asseverou a Corte de origem e o Ministério Público Estadual, "tudo se reduz ao estreito domínio do Regimento Interno: segundo o impetrante, a aplicação adequada dos seus preceitos é o quanto basta para preservar os seus direitos e prerrogativas de parlamentar, que reputa feridos apenas porque, segundo lhe parece, não houve fidelidade entre a decisão que combate e as normas internas às quais o impetrado devia referência". Na lição de Alexandre de Moraes, no que toca à "possibilidade de controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas", não é "possível ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à separação de Poderes (CF, art. 2º), por intromissão política do Judiciário no Legislativo" ("Direito Constitucional", 15ª ed., São Paulo: Atlas, 2004, p. 618). Dessa forma, in casu, deve ser aplicado o entendimento predominante no Excelso Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a interpretação de normas regimentais não é suscetível de apreciação pelo Poder Judiciário, pois se trata de assunto interna corporis" (RECURSO ORDINÁRIO EM MS Nº 14.340 – SP, SEGUNDA TURMA, Relator MINISTRO FRANCIULLI NETTO, DJ de DJ 21.03.2005 p. 296)

Apesar de ser louvável a preocupação dos parlamentares com a questão do endividamento do Estado do Maranhão, há que se observar as medidas e recursos administrativos junto ao próprio órgão, para solução dos conflitos de interesses que surgirem na interpretação das normas regimentais.

Quanto à alegação de que não foi observado o teor do artigo 31, inciso XXI da Constituição Estadual, que estabelece a competência da Assembleia Legislativa para dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado em operações de crédito, há que se registrar que não lograram os impetrantes demonstrar que não foi oportunizado o debate sobre o projeto de lei em questão – já que este foi objeto de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle (fls.32/33), constando em ata sua inclusão para debates (fl.31).



Não se vislumbra nos autos qualquer violação à ordem constitucional de votação, de que “*depois de apresentado, o projeto é debatido nas comissões e nos plenários das Casas Legislativas. Podem ser formuladas emendas (proposições alternativas) aos projetos*”<sup>2</sup> e, posteriormente, “*findo o período de debates, segue-se a votação, que deverá seguir o quorum estabelecido especificamente para a proposição a ser debatida*”<sup>3</sup>.

Ora, a análise do pedido de antecipação de tutela é baseada em uma cognição sumária dos fatos e do direito alegado. Isto porque, nesse momento processual, compete ao relator tão somente aferir se se acham presentes, concomitantemente, os requisitos do *periculum in mora* e *fumus boni iuris* frente às particularidades do caso concreto.

Ante todo o exposto, não há como vislumbrar fumaça do bom direito nas alegações dos impetrantes. E, ausente a fumaça do bom direito, não se cogita em perigo de demora, pela inexistência de suporte fático-jurídico ao pleito.

Posto isso, indefiro o pedido liminar.

Intimem-se os impetrantes, por seu advogado.

Intime-se também a autoridade coatora, por meio de ofício a ser entregue por oficial de justiça.

Após o encerramento do Plantão Judiciário de Segundo Grau, encaminhem-se os autos para distribuição regular.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís/MA, 27 de fevereiro de 2013.

  
Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO  
Relator

BB (MS 5838/13)

<sup>2</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p.490.

<sup>3</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p.490.